

A PARTICIPAÇÃO DISCENTE NA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Frederico Duque Marcondes - fdmarcon@hotmail.com

Rua São Mateus, 872/813 São Mateus
36025-001 Juiz de Fora MG

Danilo Pereira Pinto - danilo.pinto@ufjf.edu.br

Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Engenharia
Campus Universitário
Bairro Martelos
36030-330 Juiz de Fora MG

***Resumo:** Com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e o estabelecimento das “Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia”, através da Resolução CNE/CES 11/2002, verificam-se mudanças significativas nos cursos de graduação em Engenharia. Dentre estas alterações, há a obrigatoriedade de elaboração e implementação dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP). Neste trabalho procura-se discutir a participação dos alunos na confecção e implementação destes projetos, tendo em vista que são indispensáveis no processo de construção coletiva e também serão os principais atores na formação de uma nova sociedade. Discutem-se também algumas características atuais da graduação, do ponto de vista de atenção aos alunos, algumas dificuldades dos alunos no curso, causas da evasão e da retenção; características do Projeto Político-Pedagógico, do ponto de vista da participação dos alunos; e, finalmente, discutem-se algumas mudanças necessárias, de maneira a garantir uma real transformação, ao invés de simples adequações curriculares ou “enxugamentos” de carga horária.*

***Palavras chave:** Diretrizes Curriculares, Projeto Político-Pedagógico, Participação Discente.*

1. INTRODUÇÃO

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, em seu início, considera que a educação deve ser “inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Imediatamente apresenta vários princípios básicos para o ensino, como a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, o pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, a garantia de padrão de qualidade, a valorização da experiência extra-escolar e a vinculação da educação escolar com o trabalho e as práticas sociais”. É interessante ressaltar que com esta apresentação a LDB considera a educação como uma prática social e, como tal, deve ser organizada.

Antes da LDB, os currículos dos cursos de engenharia eram regulamentados pelos Currículos Mínimos estabelecidos através da Resolução 48/76 do Conselho Federal de Educação (CFE) – 1976, cujo objetivo era definir o conteúdo mínimo de conhecimentos e a carga horária mínima para os cursos, sem se preocupar com outros aspectos. Isto visava

facilitar a comparação entre currículos e garantir a uniformidade mínima entre cursos, para o estabelecimento de atribuição profissional.

A resolução CNE/CES 11/2002, que estabelece as “Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia” (DC), em seu Artigo 5º define que cada curso de Engenharia deve possuir um PPP (Projeto Político-Pedagógico) que demonstre claramente como o conjunto das atividades previstas que garantirá o perfil desejado de seu egresso, isto é, o desenvolvimento das competências e habilidades esperadas. Ênfase deve ser dada à necessidade de se reduzir o tempo em sala de aula, favorecendo o trabalho individual e em grupo dos estudantes, aos trabalhos de síntese e integração do conhecimento e aos trabalhos complementares extras-classes, PINTO et al (2003).

Com a nova legislação, o tema que tem dominado a pauta de discussões nas Instituições de Ensino Superior (IES) é a elaboração e implementação dos seus respectivos PPP.

Neste trabalho procura-se discutir a participação dos alunos na confecção e implementação destes projetos, tendo em vista serem eles indispensáveis no processo de construção coletiva e também serão os principais atores na formação de uma nova sociedade.

2. ANTECEDENTES

A passagem do aluno do ensino médio para o superior é marcada por diversos tipos de experiências. Se por um lado, existe a felicidade de se ter conquistado uma vaga nas IES, do outro, existem fatores que causam choques culturais aos recém chegados à vida universitária.

A maioria dos alunos que ingressam nas IES vem de um sistema educacional completamente diferente do ensino superior. As escolas de ensino fundamental e médio possuem projetos de educação diferenciados, dando aos pais a opção de escolherem o que acham melhor para a educação de seus filhos. Outros alunos vêm de cursos preparatórios para o vestibular, alguns desses caracterizados por apenas treinar para realização de provas. Nestes níveis, existem diversas formas de acompanhamento educacional e disciplinar propostas pelas escolas, sendo que muitas acabam por tornar os alunos dependentes da estrutura em que estão inseridos e não acostumados a um ambiente mais liberto.

Na grande maioria das IES, por não possuírem condições estruturais, ou mesmo projetos de acompanhamento dos seus ingressos, assume-se que os alunos já possuem maturidade suficiente para participar ativamente da vida acadêmica. Logo nos primeiros contatos, o aluno já sente um grande choque. Eles se sentem desamparados e desorientados. Em geral, nos primeiros dias de aula de um “calouro”, ele não conhece a estrutura da IES, os professores e coordenadores de curso e não sabe o local das aulas, e não conhece.

Uma das maiores marcas da passagem para a nova fase da vida acadêmica é o trote. Esse “rito de passagem”, que deveria visar principalmente à integração dos novos alunos com os veteranos, em geral, submete os novatos a muitas formas de constrangimento e humilhações, sendo muito comuns relatos de abusos, violências e extorsões.

Em relação aos problemas enfrentados durante o curso, verifica-se que muitos alunos têm necessidade de custear seus estudos. Alguns se integram em projetos de iniciação científica ou monitoria, que lhes garantam uma bolsa de estudos; mas uma parcela significativa recorre ao mercado de trabalho para obter suporte financeiro. Como nem sempre há o oferecimento de disciplinas no horário noturno, eles são obrigados a prorrogar o prazo previsto para graduarem, ou mesmo a abandonar o curso. Verifica-se também que a grande maioria dos alunos ingressa no curso através de vestibulares massacrantes e ainda muito imaturos, na faixa etária de 17 a 19 anos. Observa-se a falta de informações sobre a profissão, as sucessivas reprovações em determinada disciplina ou diversas reprovações ao longo do curso, a falta de um programa de acompanhamento e recuperação dos alunos, ocasionando elevadas taxas de evasão - em torno de 50%, localizadas principalmente nos primeiros períodos, grande retenção nos primeiros períodos, ocasionando a existência de um grande número de alunos

desperiodizados e, conseqüentemente, desagregando as turmas, o que acaba por desmotivá-los para o curso.

Nos cursos de Engenharia, em geral, quem elabora os currículos são professores-engenheiros. Anteriormente, os docentes de engenharia eram, em sua maioria, profissionais que atuavam no mercado de trabalho e procuravam introduzir nos currículos sua prática profissional, formando novos engenheiros que iriam ser seus subordinados nas empresas onde trabalhavam ou nas suas próprias empresas. Hoje, os professores, em sua maioria, são profissionais experientes ou detentores de elevada titulação acadêmica, o que lhes confere qualificação técnica para o exercício da profissão de engenheiro ou para trabalhar em institutos de pesquisa, mas não para o exercício da docência propriamente dita, PINTO et al (2002).

Uma das conseqüências dessa falta de preparo é que “os currículos dos cursos de engenharia têm sido um conjunto de conteúdos, dividido em disciplinas encadeadas ou não através de pré-requisitos, que procuram dar uma ordenação à formação. O cumprimento ou a aprovação em todas as disciplinas caracteriza que o aluno está apto a ter a habilitação profissional para desempenhar as funções especificadas pelos órgãos de regulamentação”, PINTO et al (2003).

O encadeamento de disciplinas acaba ocasionando um fenômeno existente em muitos currículos de cursos de engenharia, a divisão entre ciclo básico e profissionalizante, que aparece de forma clara ou camuflada através de algumas atividades acadêmicas que visam integrar o aluno ao curso e pode ser caracterizada como um dos problemas a serem enfrentados. A falta de contextualização dos conhecimentos básicos, adquiridos nos primeiros períodos do curso, contribui para aumentar a falta de estímulo dos alunos.

A prática de ensino majoritária nas Escolas de Engenharia do país é baseada na concepção de que o conhecimento é transmitido através de aulas expositivas e seu aprendizado verificado através de processos de avaliação terminais, sem homogeneidade e coerência, que não permitem a recuperação do aluno. Essa abordagem, consolidada em meados do século passado e que se constituiu em um avanço para as sociedades da época, hoje não é mais capaz de produzir as respostas socialmente demandadas. Experiências têm sido realizadas, quase sempre de maneira individual e desarticulada, no sentido de tentar melhorar a “qualidade do ensino de engenharia”. Embora alguns resultados positivos tenham sido alcançados, não se chegou à formulação de alternativas ao modelo atual, como se pode verificar em publicações especializadas e nos anais de eventos relacionados ao tema, como os Encontros de Ensino de Engenharia¹. (UFRJ/UFJF) e o COBENGE² (Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia).

3. O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Inicialmente, faz-se necessária uma análise do significado do termo PPP, através de algumas citações.

“...o projeto representa o laço entre presente e futuro, sendo ele a marca da passagem do presente para o futuro...”, BAFFI (2002)

“...é político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade...” ANDRE (2001)

“a dimensão política se cumpre na medida em que em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica” Saviani, citado em VEIGA (2001).

¹ O Encontro de Ensino de Engenharia é um evento anual organizado pela UFRJ desde 1995, sendo que a partir de 1997 teve a UFJF e a partir de 2001 a UFF como co-organizadores..

² O COBENGE (Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia) é um evento nacional anual organizado pela ABENGE (Associação Brasileira de Ensino de Engenharia). Em 1999 será realizado o XXVII COBENGE em Natal-RN de 12 a 15 de setembro.

“...é pedagógico porque possibilita a efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo...” VEIGA (2001).

Fazendo uma análise das citações acima podemos definir PPP como uma ferramenta que deve ser concebida para lançar à frente, marcar a transição entre o presente e o futuro do compromisso político das IES de formar profissionais participativos, responsáveis, críticos, criativos e compromissados com a sociedade.

De acordo ABUD & CAMARGO (2000),

“Os PPP, apresentados sob a forma de documento, retratam o caráter intencional dos cursos de graduação, por visar à formação do cidadão e profissional para sua atuação futura. Nos objetivos desse projeto estão diluídos os princípios filosóficos dessa formação, que se concretizam a partir de conhecimentos, atitudes, habilidades, competências e valores humanitários. Isto ocorre porque, da dimensão prático-profissional da formação, tem-se como objeto das atividades profissionais a natureza, a sociedade ou os homens concretos”.

De PINTO et al (2002), vem:

“Os conteúdos essenciais para a formação, as metodologias que serão utilizadas, os meios necessários para o desenvolvimento das competências e habilidades e os processos de avaliação discente, docente e institucional devem estar estabelecidos. Além disso, tem-se que prever como será a atenção aos alunos, a administração pedagógica do curso, as relações internas e externas e a capacitação docente.”

Verifica-se, então, que não é um processo trivial. São necessários os esforços e o comprometimento de todos os docentes ou da maioria deles para que o projeto do curso não seja apenas uma peça burocrática ou que vire mais um documento trancado em uma gaveta.

A participação dos discentes é igualmente importante, pois estes serão os agentes de transformação da sociedade, objetivo da política pedagógica que se pretende implantar. Entretanto, devido às características da formação e a falta de estímulos à participação, muitos discentes não se acham em condições de contribuir, outros não se interessam e uns poucos se preocupam com a discussão de temas que não sejam relacionados com a parte técnica do curso, nem sempre sendo incentivados.

4. MUDANÇAS NECESSÁRIAS

4.1. Atenção aos alunos

A passagem do ensino médio para o universitário pode marcar fortemente a vida dos alunos. A falta de programas ou sua ineficiência, além da inexistência ou inadequação de estrutura para a recepção e posterior acompanhamento dos alunos pode comprometer o desempenho acadêmico nos primeiros períodos, levando até mesmo à evasão ou abandono do curso.

As ações das IES devem iniciar-se na atenção ao ensino médio, através de programas bem estruturados de divulgação e esclarecimentos, o que poderia ser feito através de visitas às escolas e a promoção de encontros entre os docentes do ensino superior e dos ensinos médio e fundamental. Essas ações facilitariam a escolha da carreira, conhecer o funcionamento das IES e apresentar o diferencial de um ou outro curso, em função da proposta contida nos PPP.

A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) desenvolve um programa semelhante, entretanto julga-se que deveriam ser incrementadas ações mais efetivas e ações de sensibilização para engajamento do corpo docente, de modo a obter melhores resultados.

Outro modo de se atingirem aqueles que pretendem ingressar no ensino superior poderia ser através dos cadernos vestibulares ou similares e a internet. Esses veículos, em sua maioria,

possuem a descrição dos cursos a escolher e um breve esclarecimento sobre eles. Entretanto, essas informações não são suficientes e não apresentam o real perfil do profissional formado pela IES. A divulgação dos PPP através desses meios de comunicação seria uma forma mais eficiente de informação, dando condições mínimas aos candidatos de optarem pela IES que mais se adequa ao seu perfil e a suas expectativas de formação.

A chegada dos novos alunos é marcada por um grande choque cultural. Os recém-chegados não estão acostumados ao clima de liberdade que existe dentro das IES. Muitos constrangimentos comuns nos primeiros dias de aula poderiam ser evitados se os responsáveis pela administração dos cursos (diretores, coordenadores, chefes de departamento e outros) recepcionassem bem seus novos alunos, procurando ambientá-los e esclarecê-los sobre seu direitos e deveres.

A UFJF tem dado atenção aos calouros, mas ainda está longe de ser um modelo a ser seguido. Alguns coordenadores de cursos mais preocupados desenvolvem projetos bastante interessantes, orientando os veteranos sobre o “trote” e dando atenção especial aos “calouros”. No entanto, falta um projeto bem estruturado de recepção aos alunos dos cursos de Engenharia, com o envolvimento de todo o corpo docente, objetivando mostrar a importância da profissão, as dificuldades que irão encontrar no caminho a ser trilhado para a formação, que tais barreiras são transponíveis etc.

Importante contribuição pode ser dada pelos veteranos na recepção aos calouros desenvolvendo, com apoio da IES, trabalhos voluntários, campanhas de arrecadação para atendimento às comunidades carentes e outros, propiciando a formação de uma mentalidade social e participativa.

A UFJF possui programas de assistência a alunos carentes (programa de alimentação, transporte, moradia, manutenção e o Restaurante Universitário). Além destes, há programas de bolsas de pesquisa e extensão, através dos projetos de iniciação científica, monitoria, treinamento profissional e outros. Entretanto, os recursos destinados aos programas são insuficientes para atender a demanda.

Muitos alunos da UFJF (em torno de 60%) são originários de outros municípios. Portanto, para continuação da formação, esses jovens são afastados precocemente de suas famílias. O desenvolvimento ou ampliação de programas específicos de apoio psicológico, atendimento à saúde (odontológico, médico e hospitalar), campanhas de combate ao fumo e ao uso de drogas, poderiam promover uma melhor qualidade de vida para toda a comunidade acadêmica.

Uma importante contribuição pode ser dada no intuito de ajudar aqueles que chegam e até mesmo os que já se encontram dentro das IES, pelas entidades estudantis, tais como: Diretório Acadêmico (DA), Centro Acadêmico (CA), Diretório Central dos Estudantes (DCE) e Empresa Junior.

Na UFJF, os diretórios e centros acadêmicos possuem uma grande importância na formação humana e social, pois são espaços destinados ao fomento de atividades políticas, sociais e culturais, sem interferências externas. Eles também promovem uma maior integração dos alunos com professores, já que estas entidades são responsáveis pela representação discentes nos colegiados e conselhos. As Empresas Juniores dão uma enorme contribuição à formação acadêmica, pois são dirigidas pelos próprios alunos e proporcionam uma visão do funcionamento e organização empresarial, despertando o espírito empreendedor.

4.2. Capacitação docente e relação aluno/professor

Nos cursos de graduação em Engenharia não existe qualquer preocupação em formar docentes. A meta é a formação para o exercício profissional e a docência nunca foi considerada, curricularmente, como uma possibilidade profissional para o engenheiro. Os cursos de mestrado e doutorado que qualificam (titulam) os engenheiros, e que acabam os

habilitando para a docência, também não têm essa preocupação e não formam docentes. Apesar da característica acadêmica dos cursos de pós-graduação do Brasil, eles se preocupam apenas com a formação de pesquisadores, visando o aprimoramento técnico na área de atuação.

“Ao professor de engenharia não basta mais dominar o conhecimento científico e técnico dos conteúdos, ou o funcionamento dos meios disponíveis para ‘ministrar’ esses conteúdos. Faz-se necessário que o docente conheça e aplique métodos e técnicas de ensino/aprendizagem estruturados e consistentes que pressuponham a apropriação do conhecimento, sem o que não conseguirá contribuir para a formação de profissionais em condições de atualizar-se continuamente e de atender às demandas da sociedade”, PORTELA et al (2003).

As DC propõem a mudança na atuação docente, que passa a ser o mediador do conhecimento. Para tanto, deve: utilizar experiências que tornem a relação aluno-professor mais próxima; levar em conta toda a cultura que o aluno traz consigo; estar sempre atento ao fato de que cada um possui limitações e necessidades diferenciadas, no processo de ensino aprendizagem; procurar despertar a curiosidade para o conteúdo que está sendo estudado. Estas novas concepções podem ser muito vantajosas tanto para o professor, que diariamente estará participando de diferentes experiências no processo educativo, detectando as falhas e corrigindo rumos, como para o aluno, que terá prazer em desempenhar suas tarefas e se sentirá mais confortável para expressar sua opinião.

Entretanto não há uma ação efetiva, institucionalizada, que vise a uma mudança da prática docente nos cursos de engenharia do Brasil. Algumas sugestões que podem contribuir para mudar este cenário: estágio em docência, através da inserção de conteúdos relacionados à didática e à pedagogia para os alunos de mestrado e doutorado, uma vez que o ingresso na carreira docente requer essa qualificação; incorporar durante o estágio probatório a prática docente supervisionada e a obrigatoriedade de participação em "cursos", oficinas ou grupos de qualificação didático-pedagógica; cursos de mestrado e doutorado em educação para engenharia, visando desenvolver linhas de pesquisa na área de docência, metodologias de ensino/aprendizagem, avaliação, buscando estabelecer uma linha de gestão acadêmica voltada para fundamentação psicopedagógica e de currículos; ampliar a participação e promoção de eventos tais como os Encontros de Educação em Engenharia, as oficinas de meios educativos, os congressos nacionais e internacionais na área de ensino de engenharia.

A formação dos profissionais em engenharia será sempre um tema atual, pois o desenvolvimento da tecnologia e dos meios de produção é permanente, impulsionado pelo atendimento às necessidades da humanidade. Esse desenvolvimento implica em novas relações de produção e em novos desafios para os engenheiros, seja sob o ponto de vista tecnológico, seja sob o ponto de vista das conseqüências de suas ações sobre a sociedade e sobre o meio ambiente. Formar um profissional consciente e a altura desses desafios é uma tarefa a ser permanentemente revista.

4.3. Curriculares

A concepção de um novo currículo para a engenharia passa pela definição do perfil do engenheiro que se pretende formar. O perfil delineado pelas DC é amplo, permitindo que cada IES defina, a partir deste, o seu próprio perfil de egresso.

Não adianta fazer reparos nos currículos já existentes, apenas retirando ou inserindo disciplinas que tentam dar uma seqüência lógica ao que está sendo ministrado. É preciso construir um novo currículo, dentro deste novo paradigma de formação dos engenheiros, sem ter como pano de fundo o antigo. É preciso reduzir o tempo em sala de aula com as tradicionais aulas expositivas e fazer com que os próprios alunos desenvolvam atividades que busquem um maior conhecimento sobre engenharia, sua localização dentro do contexto

tecnológico atual e suas relações com a sociedade. Os novos currículos devem priorizar a formação de um cidadão ético, com preocupação e compromisso social, detectando as carências da sociedade e procurando intervir de modo a atendê-las.

“... a construção curricular trata-se de um processo que toma uma situação no presente, mas que deverá ter a visão de um mundo que se abre para o amanhã. ... O currículo de engenharia não pode ficar restrito a uma visão tecnicista de caráter eminentemente instrumental, uma vez que o currículo deve ser condizente com a realidade - humana, política, social e tecnológica – que envolve o mundo no qual o profissional irá atuar.” CUNHA (1996).

Torna-se necessário envolver os alunos com outras atividades que complementem não só sua formação acadêmica, mas também sua formação cidadã, mudando a atual concepção sobre currículo, fazendo com que ele seja visto como um conjunto de experiências e não como um agregado de disciplinas isoladas.

A UFJF, através da Resolução N.º 018/2002 do Conselho Setorial de Graduação, que trata da flexibilização dos currículos dos cursos de graduação, abre um grande leque de oportunidades de avanços no processo de ensino-aprendizagem, quando define atividade acadêmica “como aquela relevante para que o estudante adquira o saber e as habilidades necessárias para a sua formação”, isto é, toda atividade que desenvolva e aprimore a formação acadêmica do discente pode se incorporada ao seu currículo. Essa resolução tem por objetivos: valorizar o trabalho dos discentes; permitir uma maior participação do discente na elaboração do seu plano de estudos; incorporar ao currículo do estudante as experiências adquiridas ao longo do seu processo de formação.

4.4. Nas formas de avaliação

No novo paradigma de formação do engenheiro, estabelecido pelas DC, torna-se necessário desenvolver um novo processo de avaliação. Da Resolução CES/CNE 11/2002, 1º parágrafo, artigo 8º, vem:

“As avaliações dos alunos deverão basear-se nas competências, habilidades e conteúdos curriculares desenvolvidos tendo como referência as Diretrizes Curriculares.”

Os processos de avaliação terão de ser repensados. A avaliação de cursos e a avaliação das condições de ingresso não poderão mais ser realizadas apenas por organismos externos às instituições, pois recaem no erro de serem pontuais, não motivando as mudanças necessárias, apesar de, num primeiro momento, terem influído significativamente em alguns cursos. As avaliações das atividades acadêmicas terão de se adequar para aferir competências, habilidades e atitudes, avaliando a criatividade dos alunos e não mais ficarem centradas em conteúdos, verificando a memorização de conceitos. As avaliações de egressos, como o “Provão” e as propostas de novas formas, tais como os “exames de ordem”, não mais podem ser caracterizados como processos de avaliação. Reestruturações significativas terão que ser pensadas para poderem ser implementadas de acordo com as DC e a LDB. Também nesse sentido, a proposta de “acreditação dos cursos” deverá ser reavaliada, PINTO & NASCIMENTO (2003).

A avaliação, na prática educativa corrente nas escolas de engenharia, tem se reduzido às funções de controle e de classificação, perdendo sua finalidade educativa e sendo praticada sem conexão com as demais ações pedagógicas. Idealiza-se a avaliação como um processo que possa, ao final de cada ciclo de atividades, apontar os rumos para a melhoria do aluno, do professor, do processo de ensino e aprendizagem, do curso, da instituição e da própria avaliação. Cabe a ela complementar a metodologia de ensino e a aprendizagem aplicada, servindo de referência para as correções de rumos e atitudes.

Em suma, o processo de avaliação deverá ser amplo, contínuo, integrado e participativo, de forma que o aluno, o professor, o curso e a instituição no qual ele está inserido repensem a sua prática, formando um conjunto de ações reformuladoras.

Com a Lei 10.861 de 14/04/2004 (DOU de 15/04/04), proposta pelo MEC, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que traz no seu bojo a tentativa de unificar todos os atuais sistemas de avaliação, o Institucional, o de Condições de Ensino, o Provão e o Senso da Educação Superior, espera-se avanços nos processos de avaliação.

5. A PARTICIPAÇÃO DO ALUNO

Atualmente, na UFJF, a participação discente nos debates sobre a elaboração do PPP restringe-se aos conselhos departamentais e setoriais. Para isso faz necessário que os DA's de engenharia não abram mão das suas cotas de participação nesses fóruns.

Compor e manter essas representações tem sido uma tarefa muito difícil. Isto fica claro quando há necessidade de organizar gestões para tais entidades, principalmente por haver uma visão distorcida sobre o desempenho acadêmico dos alunos envolvidos no movimento estudantil. A falta de engajamento acaba minando o que deveria ser um importante local de reflexão.

Cabe também às lideranças estudantis, CA's e DA's, ampliarem as discussões sobre as questões pedagógicas do curso, aumentando sobremaneira a participação discente na elaboração e implementação do PPP. Como principais interessados pelas mudanças que levem a melhorias da formação, cabe aos estudantes experimentarem uma mudança de postura, passando a assumir uma atitude pró-ativa, ou seja, procurar interagir com o professor, apontando quais são os caminhos do saber a serem percorridos, demonstrando quais são suas dificuldades e procurando utilizar-se do conhecimento já adquirido. O aluno deve construir sua vida acadêmica, procurando desafios que o levem a desenvolver as habilidades e competências, que resultem em atitudes.

6. CONCLUSÕES

A construção de um PPP passa por uma mudança radical dos participantes do cotidiano das IES de engenharia do país e das relações entre eles. Não basta apenas os estudantes deixarem as coisas acontecerem como se fossem fenômenos naturais; é necessário que haja uma participação em massa das discussões que envolvem toda a comunidade acadêmica, pois a manutenção de uma atitude submissa pode acarretar a formação de profissionais que não atendem a demanda da sociedade, que requer cidadãos que além de possuírem excelência na formação técnica, também sejam capazes de empregar a tecnologia não apenas como uma ferramenta para solucionar problemas, mas com o objetivo de promover um aprimoramento nas relações sociais, melhorando a condição de vida da comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUD, M. J. M. ; CAMARGO, J. R. O Projeto Pedagógico e a Ação Docente. In: XXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO DE ENGENHARIA, Brasil, 2000. ANAIS DO XXVIII COBENGE, CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO DE ENGENHARIA, Ouro Preto, 2000.

ANDRE, M. E. D. O projeto pedagógico como suporte para novas formas de avaliação. In: CASTRO, Amélia Domingues; CARVALHO, Anna Maria Pessoa (Orgs.). **Ensinar a Ensinar**. São Paulo, 2001.

BAFFI, M. A. T. “Projeto Pedagógico: Um Estudo Introdutório”. In.: BELLO, José Luiz de Paiva. *Pedagogia em Foco*, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/gppp03.htm>>.

CUNHA, M. I. **Ensino com Pesquisa: A Prática do Professor Universitário**. Ad. Pesq., São Paulo, n. 97, p.312-346, maio 1996.

PINTO, D. P.; PORTELA, J. C. S. E SILVEIRA, M. H. Currículo e Projeto Pedagógico. In: VIII ENCONTRO DE EDUCAÇÃO PARA ENGENHARIA, Brasil, 2002. Anais VIII Encontro de Educação para Engenharia, Petrópolis e Juiz de Fora, novembro de 2002.

PINTO, D. P. & NASCIMENTO, J. L. Avaliação: Medida, Competição ou Diagnóstico. In: IX Encontro de Educação para Engenharia, Brasil, 2003. Anais IX Encontro de Educação para Engenharia, Niterói RJ, novembro de 2003.

PINTO, D.P.; SOUZA, A.C.G. E PORTELA, J.C S. Lei de Diretrizes e Bases da Educação e Diretrizes Curriculares Nacionais. **ENGEVISTA**, vol. 5, no 9, pp. 5 – 19, Niterói, novembro de 2003.

PORTELA, J. C. S.; PINTO, D. P. & OLIVEIRA, V. F. Diretrizes Curriculares e Mudança de Foco no Curso de Engenharia. In: XXXI CONGRESSO NACIONAL DE ENSINO DE ENGENHARIA. Juiz de Fora, Brasil, 2003. Anais XXXI Congresso Nacional de Ensino de Engenharia, Abenge, Rio de Janeiro, setembro de 2003.

VEIGA, I. P. A. (org.). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 23 ed. Campinas: Papirus, 2001. **Escola: espaço do projeto político pedagógico**. 4 ed. Campinas: Papirus, 1998.

Abstract: *With the new Law of Directives and Bases of the National Education (LDB), Law 9.394 of December 20, 1996 and the establishment of the “National Curricular Directives of the Engineering Graduation Course” by means of the Resolution CNE CES 11/2002, significant changes have been proposed to undergraduate engineering programs. Among these modifications there is the obligation to prepare and implement the Pedagogical Politician Project (PPP). In this work it is discussed the student’s cooperation in the design and implementation of these projects, since they are essential elements for the process of collective construction. Moreover, they will also be the main actors in the formation of a new society. It is also discussed some current characteristics of the engineering undergraduate*

programs from the point of view of attention to the students, some student's difficulties during the course, causes of desistance and retention; characteristics of the PPP from the point of view of the student's participation and finally some necessary changes are discussed in order to guarantee a real transformation instead of simple curricular adaptations or reduction of course completion time.

Words Key: Curriculum Directives, Pedagogical Politician Project, Students' Participation.